

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Pague Menos” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - no segmento do Novo Mercado, sediada na capital do Ceará, sob código de negociação PGMN3.

A Companhia e sua controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., detentora da marca “Extrafarma”, (em conjunto “Consolidado” ou “Grupo”) têm como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, realizando suas vendas por meio de 1.210 lojas Pague Menos (1.165 em 31 de dezembro de 2021) e 382 lojas Extrafarma, distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por nove centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Pará e Maranhão.

Transação com a Extrafarma

Em 18 de maio de 2021, através de Fato Relevante, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações, com a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., sociedade controlada pela Ultrapar Participações S.A., para a aquisição de até 100% do capital social da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”).

Em 22 de junho de 2022, a Superintendência-Geral do CADE aprovou a aquisição da Extrafarma de forma condicionada à celebração de Acordo em Controle de Concentrações (ACC), o qual prevê o desinvestimento de oito lojas da Extrafarma. Com a aprovação, as partes seguiram com o fechamento da transação, nos termos do ACC, tendo ocorrido em 1º de agosto de 2022, data em que foram adquiridas, pela Companhia, 99,07% das ações da Extrafarma. As demais ações ainda estão sujeitas ao exercício direito de preferência pelos acionistas minoritários da Ultrapar Participações S.A. (antigos controladores indiretos da Extrafarma), conforme previsto nos termos do artigo 253, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

Conforme acordado no contrato de compra e venda, o valor total de R\$ 700.000, referente ao *enterprise value*, foi ajustado pelo endividamento líquido de 31 de dezembro de 2020, data de referência da transação, resultando em um *equity value* no valor de R\$ 600.001.

Em 01 de agosto de 2022, data de fechamento da transação, o *equity value* preliminar foi ajustado pela variação entre (i) o endividamento líquido e capital de giro apurados em 31 de dezembro de 2020 e o endividamento líquido e capital de giro estimados para 31 de julho de 2022, data de referência para o fechamento da transação, resultando em um *equity value* ajustado no valor de R\$ 737.752, dos quais R\$ 730.856 referem-se às ações da Extrafarma adquiridas pela Pague Menos. Do *equity value* ajustado uma parcela de 50%, equivalente a R\$ 365.428, foi paga na data de fechamento.

Ainda de acordo com o contrato, o valor do *equity value* final a ser pago para a vendedora está sujeito a um ajuste final de preço em função da apuração final das variações no capital de giro e endividamento da Extrafarma em 31 de julho de 2022. Em 30 de setembro de 2022 esse ajuste está estimado em R\$ 26.296, resultando em um valor de aquisição R\$ 711.457, dos quais R\$ 704.806 se referem às ações da Extrafarma adquiridas pela Pague Menos nesta data. As duas parcelas iguais remanescentes, serão desembolsadas pela Companhia em agosto de 2023 e agosto de 2024. As parcelas diferidas serão corrigidas pela variação positiva do CDI mais 0,5% a.a., calculada entre a data de fechamento e as datas dos respectivos pagamentos.

Informações detalhadas sobre a combinação de negócios estão divulgadas na Nota 4, os impactos contábeis da transação estão refletidos nestas informações intermediárias de 30 de setembro de 2022, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao tema.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC's do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo plano de remuneração baseado em ações e pelos efeitos da combinação de negócios, os quais foram mensurados a valor justo. Essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia são divulgadas em conjunto com as informações contábeis intermediárias consolidadas, as quais incluem as informações contábeis intermediárias da Companhia e da sua controlada Extrafarma e que foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 4 de novembro de 2022.

Durante a elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram considerados os eventuais efeitos decorrentes da pandemia da COVID -19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia, conforme descrito a seguir:

Análise dos efeitos da COVID-19

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/20, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa, os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações contábeis e informações trimestrais os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis. Em 16 de abril de 2021, a CVM emitiu o Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020 com orientações quanto aos impactos das medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19 no cálculo de perdas esperadas para fins de aplicação da Deliberação CVM 763, de 22 de dezembro de 2016 (NBC TG 48 / IFRS 9).

Nesse sentido, a Administração tem dispensado especial atenção àqueles eventos econômicos que podem impactar a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, dentre outros.

Contas a receber de clientes (provisão para perdas de crédito esperadas)

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é mitigado pelo fato de que 20% das vendas da Companhia são realizadas em dinheiro e 74% por meio de cartões de crédito e débito. As operações são extremamente pulverizadas, contudo estão concentradas em grandes operadoras de cartão de crédito, normalmente vinculadas à sólidas instituições financeiras. Assim, a Administração avaliou e concluiu que não houve qualquer aumento significativo no risco de crédito em relação às Contas a receber que pudesse justificar qualquer ajuste na provisão para perdas de crédito esperadas, bem como a necessidade de qualquer divulgação adicional sobre o impacto da pandemia da Covid-19 em relação aos recebíveis da Companhia.

Mensuração de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 859/2020, que trata sobre alterações na NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, em decorrência de benefícios relacionados à pandemia da Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos – a Companhia avaliou que os benefícios oriundos dos descontos de aluguéis obtidos em alguns imóveis são pontuais e que não resultaram em alteração na vigência de tais contratos.

Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de afetar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o semestre findo em 30 de junho de 2022 cotados acima de US\$ 100, o barril, porém os preços já apresentam tendência de queda, fechando o trimestre findo em 30 de setembro de 2022 abaixo de US\$ 90. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no período findo em 30 de junho de 2022 a queda do dólar norte-americano em relação real foi de aproximadamente 6% em relação a 31 de dezembro de 2021, mas assim como o petróleo já há reversão da tendência no trimestre findo em 30 de setembro de 2022, em que a moeda norte americana teve uma apreciação acima de 3% em relação ao real.

A inflação mundial, com os efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos também apresentou pressão de alta. A invasão, ocasionou o aumento de taxa de juros, crescimento nos custos dos insumos utilizados pela Companhia (notadamente os custos com frete) e redução do poder econômico da população em geral. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em conformidade com a NBC TG 21 (R1), com o IAS 34 e com as normas expedidas pela CVM. As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 9 de março de 2022 e devem ser lidas em conjunto com essas informações contábeis intermediárias.

a) Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis da Companhia e de sua controlada em 30 de setembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou

tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. A Companhia possui 99,07% das ações de sua controlada.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativos, passivos e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. No caso específico da Extrafarma, a Companhia passou a consolidar seus resultados a partir de 1º de agosto de 2022, conforme já comentado na Nota 1.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras da controlada para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros do Grupo são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

Base de consolidação a partir de 1º de agosto de 2022

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia incluem:

	País	Participação acionária %	
		2022	2021
Controlada direta:			
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. "Extrafarma"	Brasil	99,07%	-

A controladora do Grupo é a própria Pague Menos, sediada no Brasil, onde negocia suas ações. A Companhia detém 26,18% de participação na e-Pharma PBM do Brasil S.A. (31/12/2021: 26,18%). Para maiores detalhes, vide Nota 11.

b) Normas, alterações e interpretações de normas

No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - (entrada de recursos) adquirido em outputs - (saídas de recursos), e os inputs - (entradas de recursos) adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - (saída de recursos).

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Aquisição do controle da Extrafarma

Em 01 de agosto de 2022, após atendidas todas as condições precedentes, foi concluída a aquisição de 99,07% de participação acionária da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma").

A Extrafarma atua como uma rede de varejo farmacêutico, com 382 lojas e 4 centros de distribuição, tendo como público-alvo a classe média expandida, com sinergias relevantes com a operação da Pague Menos. Além das operações de varejo farmacêutico, a Extrafarma também realiza venda de produtos para pequenas redes de varejo farmacêutico.

A primeira parcela da contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 01 de agosto de 2022 no montante de R\$ 365.428. As duas parcelas iguais remanescentes, serão desembolsadas pela Companhia em agosto de 2023 e agosto de 2024. As parcelas diferidas serão corrigidas pela variação positiva do CDI mais 0,5% a.a., calculada entre a data de fechamento e as datas dos respectivos pagamentos.

A aquisição da Extrafarma possui como principais motivadores econômicos e estratégicos o potencial de captura de sinergias através da combinação de ativos complementares, além de acelerar o plano de expansão da Companhia, reforçando sua posição de liderança nas regiões Norte e Nordeste e ampliando o alcance e escala

de sua plataforma de saúde. Com a Extrafarma, a Companhia se tornará a segunda maior rede de farmácias do país e avançará na sua proposta de apoiar a população da classe média expandida com uma solução abrangente de saúde.

Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:

A aquisição dos ativos e passivos da Extrafarma foi registrada utilizando o método de aquisição, considerando o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição. A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA - *Purchase Price Allocation*). Em função da dispersão geográfica e quantidade de lojas e contratos, em 30 de setembro, o trabalho de avaliação encontra-se em andamento e é esperado que seus efeitos sejam reconhecidos na demonstração financeira do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2022. A Companhia, suportada pelos seus consultores, está avaliando o valor justo da marca “Extrafarma”, de certos ativos imobilizados, incluindo benfeitorias em propriedades de terceiros, contratos de arrendamento e contraprestação contingente.

Apuração da compra vantajosa	30/09/2022
Ativos líquidos adquiridos	850.548
Participação societária adquirida	99,07%
Ativos líquidos atribuíveis à Companhia (A)	842.638
Valor de aquisição (B)	704.806
Ganho por compra vantajosa (A-B)	137.832

A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada à necessidade do vendedor de racionalizar seu portfólio e de concentrar seus esforços em negócios mais complementares e sinérgicos. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na linha de “Outras receitas (despesas) operacionais”. Os efeitos fiscais no montante de R\$ 46.863 foram registrados na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos. De 01 de agosto a 30 de setembro de 2022, a Extrafarma contribuiu com uma receita líquida de R\$ 360.005 e gerou um prejuízo líquido de R\$ 32.756 às informações contábeis intermediárias consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º janeiro de 2022, a Administração estima que a receita da controlada seria de R\$ 1.600.007 e o respectivo prejuízo seria de R\$ 158.364.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Caixa e bancos	39.881	54.436	47.811
Aplicações financeiras de curto prazo	203.590	599.685	204.990
Operações compromissadas	93.970	70.514	95.370
Certificados de depósitos bancários – CDB	74.252	487.488	74.252
Letras financeiras – LF	33.460	30.798	33.460
Aplicações automáticas	1.908	10.885	1.908
Total	243.471	654.121	252.801

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 103,12% (104,6% em 31/12/2021), operações compromissadas, com rentabilidade média 93,66% (97,2% em 31/12/2021) e letras financeiras, com rentabilidade média 114,0% (114,0% em 31/12/2021). Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos do NBC TG 03 (R3) / IAS 7, foram classificadas como equivalentes de caixa.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Administradoras de cartões	483.677	508.492	536.430
Convênios e parcerias (a)	29.192	26.476	36.823
Contas a receber de clientes	862	86	13.444
Subtotal	513.731	535.054	586.697
(-) Ajuste a valor presente	(7.747)	(4.022)	(7.747)
(-) Perdas de créditos esperadas	(266)	(764)	(409)
Total	505.718	530.268	578.541

a) Referem-se aos valores a receber do Governo Federal pelas vendas realizadas no Programa Farmácia Popular e saldos com empresas conveniadas. Tais convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras mediante desconto em folha de pagamento. Além disso, há valores referentes a parcerias com aplicativos de delivery.

Os saldos foram ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 37 e 48 dias (31/12/2021: 45 e 58 dias) e descontados por uma taxa média de custo de capital.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para perdas esperadas com créditos e do ajuste a valor presente:

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
A vencer entre 1 a 30 dias	162.898	273.115	186.868
A vencer entre 31 a 60 dias	179.194	121.388	197.150
A vencer entre 61 a 90 dias	88.433	76.693	102.884
A vencer acima de 90 dias	82.467	63.033	91.955
	<u>512.992</u>	<u>534.229</u>	<u>578.857</u>
Vencidos entre 1 a 30 dias	501	628	4.469
Vencidos entre 31 a 90 dias	176	53	3.266
Vencidos acima de 90 dias	62	144	105
	<u>739</u>	<u>825</u>	<u>7.840</u>
Total	<u>513.731</u>	<u>535.054</u>	<u>586.697</u>

a) *Movimentação das perdas esperadas com créditos:*

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022
Saldo inicial	(764)	(994)	(764)
Aquisição (a)	-	-	(62)
Adições	(385)	(1.064)	(469)
Reversões	883	1.120	886
Saldo final	<u>(266)</u>	<u>(938)</u>	<u>(409)</u>

(a) refere-se ao saldo de partida na aquisição da Extrafarma, conforme combinação de negócios descrita na Nota 4.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Mercadorias para revenda	2.225.691	1.974.467	2.854.267
Materiais para uso e consumo	9.790	6.198	10.393
(-) Perdas esperadas nos estoques	<u>(26.855)</u>	<u>(23.708)</u>	<u>(75.443)</u>
	<u>2.208.626</u>	<u>1.956.957</u>	<u>2.789.217</u>

a) *Movimentação das perdas esperadas nos estoques:*

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022
Saldo inicial	(23.708)	(28.892)	(23.708)
Aquisição (a)	-	-	(57.024)
Adições	(13.364)	(2.658)	(15.349)
Reversões	10.217	12.676	20.638
Saldo final	<u>(26.855)</u>	<u>(18.874)</u>	<u>(75.443)</u>

(a) refere-se ao saldo de partida na aquisição da Extrafarma, conforme combinação de negócios descrita na Nota 4.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
ICMS (a)	469.581	424.743	685.100
IRPJ/CSLL (b)	2.874	2.927	2.875
PIS e COFINS (c)	201.415	207.262	246.494
IRRF	6.517	1.279	6.693
Outros	930	10.614	1.459
	<u>681.317</u>	<u>646.825</u>	<u>942.621</u>
Circulante	212.890	232.407	258.005
Não circulante	468.427	414.418	684.616

(a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS e saldos referente aos créditos de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais presumidas foram superiores as margens efetivas. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente realizadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF. Os valores são compensados administrativamente após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado.

(b) Pagamento a maior de IRPJ e saldo negativo de CSLL na apuração do lucro real de exercício anterior.

(c) Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante total de R\$ 195.763 dos quais R\$ 48.034, referem-se à atualização monetária. Em março de 2022, os créditos foram habilitados pela Receita Federal e estão em processo de compensação administrativa. Adicionalmente, a Companhia reconhece os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Prejuízo fiscal	151.139	113.789	151.139
Arrendamento mercantil	48.614	38.922	48.614
Provisão para realização dos estoques	9.131	8.061	9.131
Perdas de créditos esperadas	7.235	6.001	7.235
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543	6.543
Provisões para contingências	6.070	7.672	6.070
Ajuste a valor presente	4.368	3.075	4.368
Participação nos lucros	2.292	3.508	2.292
Provisão para encerramento de lojas	2.166	2.204	2.166
Capitalização de juros	(9.097)	(5.909)	(9.097)
Compra vantajosa	(46.863)	-	(46.863)
Outras provisões	17.905	20.152	17.905
Total	<u>199.503</u>	<u>204.018</u>	<u>199.503</u>

a) *Expectativa de realização*

A Companhia, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários diferidos sobre parte do saldo de prejuízos fiscais, e bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias, até o limite de sua capacidade de compensação, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada anualmente, ou quando houver algum indicativo de que os saldos não serão recuperados. As estimativas estão relacionadas a capacidade de a Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos serão recuperados no seguinte cronograma.

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
2022	-	26.089	-
2023	16.733	16.384	16.733
2024	25.279	24.752	25.279
2025	39.778	38.949	39.778
2025 em Diante	117.714	97.844	117.714
	<u>199.503</u>	<u>204.018</u>	<u>199.503</u>

b) *Conciliação da alíquota efetiva*

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Lucro antes do IR e CSLL [A]	166.262	158.051
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	<u>56.529</u>	<u>53.737</u>
Efeito das adições permanentes: [D]	<u>888</u>	<u>688</u>
Efeito das exclusões permanentes: [E]	<u>(153.870)</u>	<u>(115.656)</u>
Subvenção para investimento (Nota 22)	(91.102)	(87.775)
Atualização monetária em indêbitos fiscais	(48.037)	-
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	28.975	(1.606)
Incentivos fiscais - Lei do Bem	(9.924)	-
Outras exclusões permanentes	-	(2.151)
Constituição (compensação) de prejuízo fiscal e base negativa	<u>(33.782)</u>	<u>(24.124)</u>
Lucro (prejuízo) fiscal corrente [A] + [D] + [E] = [F]	<u>13.280</u>	<u>43.083</u>
IR/CSLL no resultado [F]*34% =[G]	<u>4.516</u>	<u>14.648</u>
Alíquota efetiva [G]/[A]	<u>2,70%</u>	<u>9,27%</u>

A Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 (ITG 22) - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, concluindo como não relevante seus efeitos até o momento.

10. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	Controladora					
		30/09/2022			31/12/2021		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contas a receber							
Extrafarma(a)	Venda de mercadorias	284	-	284	-	-	-
Outras contas a receber							
Dupar Participações S.A.	Outros créditos	1	-	-	1	-	-
e-Pharma PBM do Brasil S.A. (b)	Prestação de serviços	897	-	-	915	-	-
Fornecedores							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (c)	Compra de produtos	-	93	-	-	511	-
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (d)	Frete de mercadorias	-	7.871	(83.542)	-	8.672	(105.039)
Arrendamentos							
Renda Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	-	826	(7.362)	-	801	(9.174)
Dupar Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	-	6.352	(55.562)	-	6.105	(70.645)
Prospar Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	-	143	(1.252)	-	134	(1.452)
Total		1.182	15.285	(147.434)	916	16.223	(186.310)

- (a) Os saldos a receber decorrentes das vendas de mercadorias da Companhia para lojas Extrafarma.
- (b) e-Pharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde, investida da Companhia - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. A Companhia possui influência significativa nesta investida, mas não possui controle. Desta forma, as práticas comerciais realizadas são comparáveis às praticadas por outros players de mercado.
- (c) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A., empresa sob controle comum, da Companhia, tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O contrato entre as partes estabelece a produção de produtos com a marca Pague Menos. A margem de venda obtida nestes produtos é superior àquelas obtidas junto a demais fornecedores devido ao menor nível de propaganda, bonificações, dentre outros.
- (d) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A., empresa sob controle comum, da Companhia, tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. Todos os contratos de transporte de mercadorias passam por processo de cotação e dá-se a escolha pela melhor proposta técnica (nível de serviço) e comercial. Em outubro de 2020, a Companhia aprovou no âmbito de seu Conselho de Administração, contrato de prestação de serviços de transporte de mercadorias com a L'auto, no valor total estimado de R\$ 200.000 e um prazo de 2 (dois) anos. Os preços dos serviços são estabelecidos em percentuais tarifários sobre o valor nota fiscal de transferência de mercadorias e variam de acordo com faixas estabelecidas por Estado da Federação.
- (e) Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prospar Participações S.A., empresas sob controle comum da Companhia, atuam na Administração de imóveis próprios e de terceiros. A Companhia é locatária de 360 imóveis, onde opera parte de suas lojas. Os valores dos aluguéis são calculados sobre o faturamento mensal das lojas. Já para os imóveis ocupados pela Administração e centros de distribuição, os aluguéis são definidos em montantes fixos.

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação, não diferenciando das práticas normais de mercado.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou R\$ 24.738 no período findo em 30 de setembro de 2022 (R\$ 17.630 em 30 de setembro de 2021). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego. Adicionalmente, desde 2020, a Companhia possui instituído programa de remuneração baseado em ações, conforme divulgado na Nota 20.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações nas quais partes relacionadas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos da Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
<i>Aval/fiança e devedor solidário (Nota 15)</i>	70.850	337.383
Pessoas físicas (acionistas)	51.321	102.182
Dupar Participações S.A.	19.529	235.201
<i>Imóveis (Nota 15)</i>	52.183	52.183
Dupar Participações S.A.	52.183	52.183

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Extrafarma	810.193	-	-
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	12.169	10.001	12.169
Ágio na aquisição de investimento	81.838	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(19.243)	(19.243)	(19.243)
	<u>884.957</u>	<u>72.596</u>	<u>74.764</u>

Movimentação do saldo

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022
Saldo inicial 1º de janeiro	72.596	70.797	72.596
Aquisições (a)	842.638	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(28.975)	1.606	3.476
Dividendos e JSCP recebidos	(1.302)	(287)	(1.308)
Saldo final em 30 de setembro	<u>884.957</u>	<u>72.116</u>	<u>74.764</u>

(a) refere-se aos saldos iniciais advindos da aquisição da Extrafarma, conforme detalhado na Nota 4.

Informações das investidas

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações e-Pharma PBM do Brasil S.A., pelo total de R\$90.000, cujo patrimônio líquido correspondia a R\$8.162, consequentemente, foi apurado um ágio baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia detém 26,18% (2021: 26,18%) das ações da investida.

Em 01 de agosto de 2022 a Companhia adquiriu 99,07% das ações da Imifarma produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., conforme descrito na Nota 4.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou, com base em 31 de dezembro de 2021, a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 17,5% antes dos impostos. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa.

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores individuais beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 3% em modelo nominal.

Margem bruta

O teste de recuperação não identificou a necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado. Um aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) de 10% levaria a taxa para 19,3%, resultando em valor recuperável de R\$ 249.896, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R\$ 281.542. Uma redução de 10% na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 2,7% resultaria no valor recuperável de R\$ 278.044. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R\$ 247.265, o que resultaria em perda adicional de R\$ 7.862.

12. IMOBILIZADO

		Controladora					
		30/09/2022			31/12/2021		
Taxa			Depreciação	Saldo		Depreciação	Saldo
a.a.		Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Obras em andamento	-	95.759	-	95.759	39.620	-	39.620
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	952.011	(448.959)	503.052	854.942	(405.596)	449.346
Instalações	10%	107.047	(55.853)	51.194	106.492	(48.696)	57.796
Máquinas e equipamentos	10%	117.718	(72.816)	44.902	108.414	(65.925)	42.489
Móveis e utensílios	10%	143.142	(62.043)	81.099	120.681	(52.893)	67.788
Equipamentos de informática	20%	66.828	(54.745)	12.083	65.797	(51.220)	14.577
Veículos	20%	350	(350)	-	350	(350)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	28	-	28	133	-	133
Provisão para encerramento de lojas	-	(17.385)	11.014	(6.371)	(16.383)	10.245	(6.138)
Total		1.465.498	(683.752)	781.746	1.280.046	(614.435)	665.611

(i) A depreciação das benfeitorias é calculada de acordo o prazo de cada contrato de aluguel, que varia entre 5 a 25 anos, chegando-se numa média de taxa de depreciação de 8,6% a.a.

		Consolidado		
		30/09/2022		
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Obras em andamento		95.759	-	95.759
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.232.872	(631.743)	601.129
Instalações		107.047	(55.853)	51.194
Máquinas e equipamentos		152.503	(92.274)	60.229
Móveis e utensílios		258.045	(125.079)	132.966
Equipamentos de informática		125.702	(105.546)	20.156
Veículos		13.005	(8.172)	4.833
Adiantamento a fornecedores		28	-	28
Provisão para encerramento de lojas		(17.385)	11.014	(6.371)
Total		1.967.576	(1.007.653)	959.923

a) Movimentação no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2022

		Controladora				
		31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (i)
Obras em andamento		39.620	76.274	(130)	-	(20.005)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		449.346	85.013	(971)	(43.363)	13.027
Instalações		57.796	803	(346)	(7.225)	166
Máquinas e equipamentos		42.489	8.909	(74)	(6.969)	547
Móveis e utensílios		67.788	19.639	(200)	(9.220)	3.092
Equipamentos de informática		14.577	1.325	(1)	(3.591)	(227)
Adiantamentos a fornecedores		133	-	(105)	-	-
Provisão para encerramento de lojas		(6.138)	(233)	-	-	-
Total		665.611	191.730	(1.827)	(70.368)	(3.400)

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	Consolidado						30/09/2022
	31/12/2021	Aquisição(i)	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (ii)	
Obras em andamento	39.620	-	76.274	(130)	-	(20.005)	95.759
Benfeitorias em imóveis de terceiros	449.346	102.488	85.151	(3.440)	(45.443)	13.027	601.129
Instalações	57.796	-	803	(346)	(7.225)	166	51.194
Máquinas e equipamentos	42.489	15.507	8.923	(77)	(7.160)	547	60.229
Móveis e utensílios	67.788	53.276	19.664	(782)	(10.072)	3.092	132.966
Equipamentos de informática	14.577	8.544	1.325	(73)	(3.990)	(227)	20.156
Adiantamentos a fornecedores	133	-	-	(105)	-	-	28
Provisão para encerramento de lojas	(6.138)	-	(233)	-	-	-	(6.371)
Veículo	-	4.901	-	-	(68)	-	4.833
Total	665.611	184.716	191.907	(4.953)	(73.958)	(3.400)	959.923

(i) Refere-se a ativos adquiridos em combinação de negócios com a Extrafarma, conforme detalhado na nota 4.

(ii) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

b) Movimentação no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021

	Controladora					
	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (i)	30/09/2021
Obras em andamento	9.051	49.286	-	-	(3.999)	54.338
Benfeitorias em imóveis de terceiros	383.676	52.493	(2.426)	(36.492)	2.290	399.541
Instalações	52.107	3.952	(177)	(6.518)	859	50.223
Máquinas e equipamentos	39.873	4.815	(17)	(6.500)	22	38.193
Móveis e utensílios	54.253	12.414	(47)	(7.384)	758	59.994
Equipamentos de informática	9.345	187	-	(3.316)	46	6.262
Adiantamentos a fornecedores	127	-	3	-	-	130
Provisão para encerramento de lojas	(7.143)	911	-	-	-	(6.232)
Total	541.289	124.058	(2.664)	(60.210)	(24)	602.449

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma provisão para encerramento de lojas, no montante de R\$ 6.371 (R\$ 6.138 em 2021). A análise considera o resultado individual das lojas e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação do investimento estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de suas operações.

13. INTANGÍVEL

	Taxa a.a.	Controladora					
		30/09/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Marcas	(i)	4.289	-	4.289	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(ii)	19.658	(17.769)	1.889	19.805	(16.751)	3.054
Softwares	20%	106.949	(56.725)	50.224	94.720	(47.052)	47.668
Websites	10%	232	(76)	156	111	(61)	50
Intangível em andamento	-	16.768	-	16.768	3.494	-	3.494
Provisão para encerramento de lojas	-	(620)	576	(44)	(983)	638	(345)
Total		147.276	(73.994)	73.282	121.436	(63.226)	58.210

- i. Saldo referente ao custo de aquisição de marcas. Por ser um ativo intangível sem vida útil definida a Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do ativo. As estimativas indicam que o valor recuperável do ativo é maior do que seu valor contábil e nenhuma perda é esperada.

- ii. A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

	Consolidado		
	30/09/2022		
	Custo	Amortização	Líquido
Marcas	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	19.658	(17.769)	1.889
Softwares	255.710	(159.374)	96.336
Websites	232	(76)	156
Provisão para encerramento de lojas	(620)	576	(44)
Intangível em andamento	16.768	-	16.768
Total	296.037	(176.643)	119.394

a) Movimentação no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2022

	Controladora					
	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (ii)	30/09/2022
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	3.054	-	-	(1.165)	-	1.889
Softwares	47.668	9.001	(176)	(9.660)	3.391	50.224
Websites	50	107	-	(10)	9	156
Intangível em andamento	3.494	13.274	-	-	-	16.768
Provisão para encerramento de lojas	(345)	-	301	-	-	(44)
Total	58.210	22.382	125	(10.835)	3.400	73.282

	Consolidado					
	31/12/2021	Aquisições (i)	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (ii)
Marcas	4.289	-	-	-	-	-
Fundo de comércio	3.054	-	423	(134)	(1.454)	-
Softwares	47.668	49.448	10.123	(176)	(14.118)	3.391
Websites	50	-	107	-	(10)	9
Intangível em andamento	3.494	-	13.274	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(345)	-	-	301	-	-
Total	58.210	49.448	23.927	(9)	(15.582)	3.400

(i) Refere-se a saldos advindos da aquisição da Extrafarma, conforme detalhado na Nota 4.

(ii) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

b) Movimentação no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021

	Controladora					
	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências (iii)	30/09/2021
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	5.025	-	(15)	(1.595)	(13)	3.402
Softwares	20.743	1.599	-	(6.149)	3.799	19.992
Websites	23	61	(8)	(13)	30	93
Intangível em andamento	8.232	15.759	-	-	(3.792)	20.199
Provisão para encerramento de lojas	(447)	115	-	-	-	(332)
Total	37.865	17.534	(23)	(7.757)	24	47.643

(iii) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Fornecedores	1.298.704	1.226.435	1.540.489
Operações de risco sacado (i)	142.031	104.064	142.031
Subtotal	1.440.735	1.330.499	1.682.520
Ajuste a valor presente (ii)	(32.544)	(24.007)	(32.544)
Total	1.408.191	1.306.492	1.649.976

- i) As operações de risco sacado não modificam de forma relevante as condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. Essas operações possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira. A Administração da Companhia também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos relevantes e tampouco afeta a alavancagem da Companhia.
- ii) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 69 e 78 dias e taxa média de captação de recursos (2021: 70 a 78 dias). A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias vendidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

a) Saldos por vencimento

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Entre 1 a 30 dias	556.092	484.531	630.730
Entre 31 a 60 dias	497.302	413.761	624.600
Entre 61 a 90 dias	187.434	158.248	215.221
Mais de 91 dias	199.907	273.959	211.969
Total	1.440.735	1.330.499	1.682.520

b) Concentração do saldo

	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
Maior fornecedor	12%	12%
do 2º ao 25º	48%	50%
do 26º ao 50º	19%	15%
Demais fornecedores	21%	23%
Total	100%	100%

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

			Controladora e Consolidado	
Banco	Tipo	Taxa média de juros	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos				
Banco do Brasil	Capital de giro	115% do CDI.	49.648	63.643
Banco do Brasil	Capital de giro	120% do CDI.	75.361	71.544
Itaú	Capital de giro	CDI + 2,50%	25.717	101.893
Santander	Capital de giro	CDI + 2,30%	66.006	162.595
			216.732	399.675
Financiamentos				
Banco do Brasil	FCO	4,12% a.a	13.792	16.925
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	4,12% a.a	15.192	24.264
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP_IPCA + 2,18%	8.411	10.562
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP_IPCA + 2,98%	11.870	23.906
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	10,69% a.a	4.520	9.043
			53.785	84.700
Debêntures				
4ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,95%	-	200.765
5ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,51%	16.937	51.692
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,75%	105.260	99.065
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 2,20%	368.936	353.714
7ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,70%	511.571	-
			1.002.704	705.236
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.273.221	1.189.611
Circulante			231.273	435.702
Não circulante			1.041.948	753.909

a) Movimentação do saldo

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	1.189.611	878.476
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	500.000	610.000
Juros incorridos	112.925	56.373
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(448.197)	(300.801)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(75.613)	(50.763)
Variações cambiais	-	908
Alteração no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	-	(51)
Apropriação ao resultado de custos de empréstimos	(5.505)	(4.531)
Saldos finais em 30 de setembro	<u>1.273.221</u>	<u>1.189.611</u>

b) Características das debêntures

A 4ª emissão de debêntures simples, realizada em 11 de fevereiro de 2019, no montante de R\$ 200.000, remunerada pela variação do CDI + 1,95% a.a. Essa operação foi liquidada em 12 de setembro de 2022. A 5ª emissão de debêntures simples, realizada em 21 de julho de 2019, no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 21 de janeiro de 2023, é remunerada pela variação do CDI + 1,51% a.a.. A 6ª emissão de debêntures simples, realizada em 05 de novembro de 2021, no montante de R\$ 450.000, sendo a primeira série remunerada pela variação do CDI + 1,75% a.a e vencimento em 05 de novembro de 2026, e a segunda série remunerada pela variação do CDI + 2,20% a.a., e vencimento em 05 de novembro de 2028. A 7ª emissão, realizada em 15 de julho de 2022, no montante de R\$ 500.000, com vencimento em 15 de julho de 2026, é remunerada pela variação do CDI + 1,70% a.a.

As emissões são “não conversíveis” em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476. As debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

c) Cronograma de desembolso

	30/09/2022	31/12/2021
30/09/2023 – 31/12/2023	21.184	189.542
01/01/2024 – 31/12/2024	89.079	130.340
01/01/2025 – 31/12/2025	293.428	44.686
Além de 31/12/2025	638.257	389.341
Total	1.041.948	753.909

d) Garantias

	30/09/2022	31/12/2021
Aval/fiança (Partes relacionadas – Nota 10)	70.850	337.383
Alienação fiduciária de direitos creditórios	61.225	117.707
Fianças bancárias	41.346	40.831
Imóveis (Partes relacionadas – Nota 10)	52.183	52.183
	225.604	548.104

e) Cláusulas restritivas (covenants)

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos. Em 30 de setembro de 2022, os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente. A Companhia também está adimplente com demais *covenants* não financeiros.

16. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

a) Composição do ativo de direito de uso

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.541.629	54.821	19.195	1.615.645	1.615.645
Aquisição (i)	-	-	-	-	350.261
Adições e remensurações	159.325	20.583	2.520	182.428	182.428
Baixas	(50.261)	(2.772)	(323)	(53.356)	(53.463)
Depreciação	(137.025)	(16.654)	(8.053)	(161.732)	(175.463)
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.513.668	55.978	13.339	1.582.985	1.919.408

(i) Saldo referentes à aquisição da Extrafarma, combinação de negócios descrita na Nota 4.

b) Passivo de arrendamento

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Controladora	Consolidado
Custo					
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.650.794	58.866	20.461	1.730.121	1.730.121
Aquisição (i)	-	-	-	-	380.580
Adições e remensurações	159.332	20.576	2.520	182.428	182.428
Baixas	(53.418)	(1.214)	(156)	(54.788)	(54.838)
Juros incorridos	99.482	3.703	947	104.132	109.477
Pagamentos	(204.520)	(22.053)	(9.353)	(235.927)	(253.762)
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.651.670	59.878	14.419	1.725.967	2.094.006

Circulante	195.364	28.832	11.796	235.992	308.309
Não circulante	1.456.306	31.046	2.623	1.489.975	1.785.697

(i) Saldo referentes à aquisição da Extrafarma, combinação de negócios descrita na Nota 4.

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
01/10/2023 – 31/12/2023	193.304	208.765	256.624
01/01/2024 – 31/12/2024	174.815	172.589	228.184
01/01/2025 – 31/12/2025	156.679	156.214	202.586
Acima de 01/01/2026	965.177	970.406	1.098.303
Total	1.489.975	1.507.974	1.785.697

d) Crédito de PIS e COFINS potencial

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel registrados em conformidade com a NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Estão apresentados abaixo o potencial desses créditos tributários. Parte dos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Contraprestação do arrendamento	2.729.574	2.300.082	3.074.571
PIS e COFINS potencial (9,25%)	165.049	138.635	196.961

e) Fluxos inflacionados e taxas nominais

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do NBC TG 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do NBC TG 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Controladora			
	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imóveis	1.651.670	1.650.794	1.787.933	1.944.306
Equipamentos de informática	59.878	58.866	64.171	64.788
Máquinas e equipamentos	14.418	20.461	15.452	22.519
Total	1.725.966	1.730.121	1.867.556	2.031.613

	Consolidado			
	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imóveis	2.019.710	1.650.794	2.186.335	1.944.306
Equipamentos de informática	59.878	58.866	64.171	64.788
Máquinas e equipamentos	14.418	20.461	15.452	22.519
Total	2.094.006	1.730.121	2.265.958	2.031.613

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das informações intermediárias.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
ICMS	56.924	60.442	72.148
INSS/FGTS	8.798	11.038	8.859
ISS	15.542	12.149	15.590
PERT	7.997	8.513	7.997

IRPJ/CSLL	3.751	8.761	4.365
Outros	588	369	689
Total	<u>93.600</u>	<u>101.272</u>	<u>109.648</u>
Circulante	87.219	94.095	103.267
Não circulante	6.381	7.177	6.381

18. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

a) Composição da conta

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Administrativas	693	517	693
Cíveis	3.248	3.207	3.743
Trabalhistas	13.619	18.596	19.647
Tributárias	292	245	5.053
Total	<u>17.852</u>	<u>22.565</u>	<u>29.136</u>

As provisões para demandas judiciais cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados e decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As provisões trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

As provisões para demandas tributárias são relativas, substancialmente, a discussões acerca de escrituração e respectiva apuração de ICMS substituição tributária relacionadas a operações realizadas no estado do Ceará.

b) Movimentação dos processos no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2022

	Controladora				30/09/2022
	31/12/2021	Adições	Reversão	Pagamentos	
Administrativas	517	503	(32)	(295)	693
Cíveis	3.207	774	(66)	(667)	3.248
Trabalhistas	18.596	2.513	(78)	(7.412)	13.619
Tributárias	245	254	(31)	(176)	292
Total	<u>22.565</u>	<u>4.044</u>	<u>(207)</u>	<u>(8.550)</u>	<u>17.852</u>
	Consolidado				
	31/12/2021	Aquisições (i)	Adições	Reversão	Pagamentos
Administrativas	517	-	503	(32)	(295)
Cíveis	3.207	495	774	(66)	(667)
Trabalhistas	18.596	6.028	2.513	(78)	(7.412)
Tributárias	245	4.761	254	(31)	(176)
Total	<u>22.565</u>	<u>11.284</u>	<u>4.044</u>	<u>(207)</u>	<u>(8.550)</u>

(i) Refere-se aos saldos adquiridos (balanço de abertura) da Extrafarma, conforme combinação de negócios descrita na Nota 4.

c) *Movimentação dos processos no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021*

	Controladora				30/09/2021
	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	
Administrativas	868	382	(326)	(283)	641
Cíveis	2.819	655	(218)	(32)	3.224
Trabalhistas	23.215	4.188	(1.651)	(3.896)	21.856
Tributárias	339	111	(195)	-	255
Total	27.241	5.336	(2.390)	(4.211)	25.976

d) *Passivos contingentes – Risco de perda possível*

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 437.891 (31/12/2021: R\$ 377.294) por parte da Controladora (Consolidado: R\$ 503.598), para as quais não foram constituídas provisões

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Administrativas	1.398	638	1.398
Cíveis	2.892	2.410	12.262
Trabalhistas	51.803	42.564	59.931
Tributárias	381.798	331.682	430.007
Total	437.891	377.294	503.598

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia e seus assessores jurídicos, destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação, entre as quais descrevemos as principais:

i) *Ação anulatória de débitos de ICMS*

Ação anulatória objetivando o cancelamento do auto de infração no valor de R\$ 177.239 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 139.834 em 2021), que foi lavrado para exigência de valores a título de ICMS decorrente da escrituração de créditos em valores superiores aos destacados nas notas fiscais de entrada de produtos destinados à comercialização, o que, segundo a fiscalização, teria (na opinião do fisco) ocasionado omissão de pagamento de ICMS no período compreendido entre março de 2014 a dezembro de 2018.

ii) *Créditos de PIS e COFINS sobre insumos*

Auto de infração lavrado em dezembro de 2020, no valor de R\$ 132.123, exigindo valores a título de PIS e COFINS decorrentes de créditos fiscais registrados no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, relativas à despesas com bens e serviços utilizados como insumos (exemplos: serviços de limpeza, taxas de administração de cartões, fretes, entre outros), nos quais a Receita Federal, com base na interpretação restritiva do art. 3º, inc. II, das Leis 10.637/02 e 10.833/03 e em razão do fato de que a Companhia tem por atividade fim o comércio varejista, não entende como possível.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor entende-se que a interpretação é impropriedade.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.241.689, do qual é deduzido o valor de R\$ 42.470 (Em 31 de dezembro de 2021: R\$ 42.470) referente aos custos com emissão de ações no IPO, totalizando o montante de R\$ 1.199.219 (Em 31 de dezembro de 2021: R\$ 1.199.219). Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor do capital social da Companhia está representado por 443.781.062 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 150.000.000 novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

	30/09/2022	31/12/2021
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.390)	(11.390)
Plano de ações restritas (iii)	9.806	14.146
Ações em tesouraria	(14.557)	(20.040)
Reserva de incorporação	330	330
Total	370.839	369.696

- Conforme Acordo de Investimentos entre Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., foi constituída reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$397.357 sendo que em 2017 e 2018 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 e R\$ 4.180, respectivamente, em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores.
- Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.390 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A. em 2015.
- Em 2020 foi aprovada a criação de um Plano de Ações Restritas cujos detalhes do plano e outorgas concedidas encontram-se divulgadas na Nota 20.

c) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social, após a destinação da reserva de incentivos fiscais. A Reserva de incentivo fiscal é constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota 22 – Subvenções governamentais.

d) *Ações em tesouraria*

Em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura de um Programa de Recompra de até 1.100.000 ações ordinárias. Adicionalmente, em 1 de dezembro de 2021, foi aprovado um novo Programa de Recompra de até 2.000.000 ações, tendo como termo final o dia 1 de março de 2022.

No âmbito dos Programas, a Companhia adquiriu, desde seu lançamento até a data de encerramento, o montante de 3.040.000 ações ordinárias no valor total de R\$ 28.132, ao custo médio de R\$ 9,25, das quais 2.369.020 ações permanecem em tesouraria ao custo médio de R\$ 6,14 totalizando o montante de R\$ 14.557.

20. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

O Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020 e tem como objetivo permitir a outorga de ações restritas aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas; (ii) conceder aos participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. Durante a vigência do Plano de Ações Restritas, poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de até 1,5% do capital social da Companhia. O saldo do Plano de Ações Restritas em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 9.806 (2021: R\$ 14.146).

Cabe ao Conselho de Administração selecionar os diretores, conselheiros independentes do Conselho de Administração, gerentes e empregados de alto nível da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e sujeitas às restrições previstas no Plano de Ações Restritas, programa e/ou no respectivo contrato de outorga.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O cálculo do resultado por ação para os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 está demonstrado a seguir:

	30/09/2022	30/09/2021
Resultado do período atribuível aos acionistas	161.441	143.403
Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	443.781	443.781
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,364	0,323

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, não existiam ações restritas ou outros instrumentos conversíveis com potencial diluidor.

22. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação, relativos ao ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, e Bahia, que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências. A Companhia reconheceu em seu resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2022, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$ 91.102 (30/09/2021: R\$ 87.775).

Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Venda de mercadorias	2.264.687	6.491.021	2.006.259	5.826.941
Serviços prestados	14.732	110.310	35.862	161.154
Receita bruta	2.279.419	6.601.331	2.042.121	5.988.095
Impostos sobre vendas	(121.706)	(352.792)	(105.520)	(332.136)
Devoluções e abatimentos	(11.867)	(37.141)	(13.660)	(40.602)
Ajuste a valor presente	(15.279)	(37.606)	(10.903)	(30.276)
Deduções das vendas	(148.852)	(427.539)	(130.083)	(403.014)
Receita líquida	2.130.567	6.173.792	1.912.038	5.585.081

	Consolidado	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Venda de mercadorias	2.644.201	6.870.534
Serviços prestados	15.072	110.651
Receita bruta	2.659.273	6.981.185
Impostos sobre vendas	(139.617)	(370.701)
Devoluções e abatimentos	(14.207)	(39.481)
Ajuste a valor presente	(15.278)	(37.606)
Deduções das vendas	(169.102)	(447.788)
Receita líquida	2.490.171	6.533.396

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Classificados por conta:

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Custo das mercadorias vendidas	(1.453.141)	(4.174.855)	(1.307.448)	(3.781.183)
Despesas com vendas	(500.913)	(1.467.028)	(451.363)	(1.308.706)
Despesas gerais e administrativas	(69.563)	(223.585)	(74.565)	(195.686)
Total de custos e despesas	(2.023.617)	(5.865.468)	(1.833.376)	(5.285.575)

	Consolidado	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Custo das mercadorias vendidas	(1.710.945)	(4.432.659)
Despesas com vendas	(598.187)	(1.492.920)
Despesas gerais e administrativas	(98.945)	(324.349)
Total de custos e despesas	(2.408.077)	(6.249.928)

b) Classificados por natureza:

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Custo de aquisição de mercadorias	(1.453.141)	(4.174.855)	(1.307.448)	(3.781.183)
Despesas com pessoal	(317.308)	(934.428)	(284.382)	(825.558)
Despesas com aluguéis	(12.385)	(30.126)	(6.335)	(28.574)
Despesas gerais	(159.307)	(483.124)	(162.981)	(450.413)
Depreciação e amortização	(81.476)	(242.935)	(72.230)	(199.847)
Total de custos e despesas	(2.023.617)	(5.865.468)	(1.833.376)	(5.285.575)

	Consolidado	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Custo de aquisição de mercadorias	(1.710.945)	(4.432.659)
Despesas com pessoal	(381.467)	(998.587)
Despesas com aluguéis	(17.726)	(35.467)
Despesas gerais	(190.571)	(514.390)
Depreciação e amortização	(107.368)	(268.825)
Total de custos e despesas	(2.408.077)	(6.249.928)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	7.760	25.545	3.033	7.856
Ajuste a valor justo dos instrumentos derivativos	-	-	-	8.454
Ajuste a valor presente	13.510	33.881	10.130	29.414
Variação cambial	-	-	-	4.725
Outras receitas financeiras	511	1.060	2.949	4.759
Total de receita financeira	21.781	60.486	16.112	55.208
Despesas financeiras				
Juros provisionados	(46.590)	(106.566)	(14.054)	(32.612)
Juros de arrendamento	(35.401)	(104.132)	(30.750)	(85.250)
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	-	-	-	(7.422)
Ajuste a valor presente	(27.726)	(82.307)	(20.176)	(61.773)
Variação cambial	-	-	-	(5.633)
Outras despesas financeiras	(10.928)	(21.437)	(2.190)	(5.789)
Total de despesa financeira	(120.645)	(314.442)	(67.170)	(198.479)
Resultado financeiro	(98.864)	(253.956)	(51.058)	(143.271)

	Consolidado	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.844	25.629
Ajuste a valor presente	13.510	33.881
Outras receitas financeiras	728	1.277
Total de receita financeira	22.082	60.787
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(46.590)	(106.566)
Juros de arrendamento	(40.746)	(109.477)
Ajuste a valor presente	(27.726)	(82.307)
Outras despesas financeiras	(13.784)	(24.293)
Total de despesa financeira	(128.846)	(322.643)
Resultado financeiro	(106.246)	(261.856)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros quanto a sua avaliação inclusos no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão identificados a seguir de acordo com sua mensuração:

Descrição	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Mensurados ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	243.471	654.121	252.801
Aplicações financeiras	9.267	8.639	9.267
Contas a receber de clientes	505.718	530.268	578.541
Fornecedores	(1.408.191)	(1.306.492)	(1.649.976)
Financiamentos e empréstimos	(270.517)	(484.375)	(270.517)
Debêntures	(1.002.704)	(705.236)	(1.002.704)
Passivos de arrendamento	(1.725.967)	(1.730.121)	(2.094.006)

b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber com administradoras de cartões de crédito e instrumentos derivativos.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras, referentes a caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 252.738 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 662.760 em 31 de dezembro de 2021), os quais representam sua máxima exposição de crédito (R\$ 262.069 – Consolidado). O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são pulverizados em determinadas instituições financeiras a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial inadimplência da contraparte.

Contas a receber com administradoras de cartões de crédito

Para os saldos de contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente garantidas pelas administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de administradoras de cartões de débito e crédito a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
A vencer			
1 a 30 dias	142.171	259.468	149.642
31 a 60 dias	172.211	109.297	190.279
61 a 90 dias	88.261	76.693	102.884
acima de 90 dias	81.034	63.034	93.625
	483.677	508.492	536.430

Não há saldos vencidos mantidos com administradoras de cartões de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros ativos e passivos estão demonstradas a seguir:

	Controladora					
	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 30 de setembro de 2022						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	243.471	243.471	243.471	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	505.718	505.718	505.718	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.408.191)	(1.408.191)	(1.408.191)	-	-	-
Arrendamento mercantil (Nota 16)	(1.725.967)	(1.725.967)	(235.592)	(193.711)	(331.495)	(965.169)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	(1.273.221)	(1.273.221)	(231.246)	(54.941)	(637.556)	(349.478)
Em 31 de dezembro de 2021						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	654.121	654.121	654.121	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	530.268	530.268	530.268	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.306.492)	(1.306.492)	(1.306.492)	-	-	-
Arrendamento mercantil (Nota 16)	(1.730.121)	(1.730.121)	222.147	(208.765)	(328.803)	(970.406)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	(1.189.611)	(1.189.611)	(435.702)	(189.542)	(214.953)	(349.414)

Em 30 de setembro de 2022	Consolidado					
	Valor Contábil	Valor Contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	252.801	252.801	252.801	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	578.541	578.541	578.541	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.649.976)	(1.649.976)	(1.649.976)	-	-	-
Arrendamento mercantil (Nota 16)	(2.094.006)	(2.094.006)	(307.909)	(256.624)	(430.769)	(1.098.704)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	(1.273.221)	(1.273.221)	(231.246)	(54.941)	(637.556)	(349.478)

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de setembro de 2022 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 13,65% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 30 de setembro de 2022, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2020 e janeiro de 2026) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade adicional

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de mercado. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Com relação aos empréstimos e financiamentos e debêntures, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 30 de setembro de 2022, foram definidos cenários diferentes, utilizando as últimas taxas de juros acumulados nos últimos doze meses (Cenário I), e a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50%

(Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do indexador CDI em cada cenário.

30 de setembro de 2022

Controladora					
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos	Alta do CDI	216.732	4.589	5.660	6.731
Debêntures	Alta do CDI	1.002.704	8.667	10.532	12.380
Aplicações financeiras	Queda do CDI	(203.590)	(3.357)	(4.196)	(5.036)
Exposição líquida (despesa financeira)			9.899	11.996	14.075

Consolidado					
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos	Alta do CDI	216.732	4.589	5.660	6.731
Debêntures	Alta do CDI	1.002.704	8.667	10.532	12.380
Aplicações financeiras	Queda do CDI	(204.990)	(3.372)	(4.215)	(5.059)
Exposição líquida (despesa financeira)			9.884	11.977	14.053

31 de dezembro de 2021

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	484.375	6.638	8.058	9.479
Debêntures	Alta do CDI	705.236	10.532	12.756	14.979
Aplicações financeiras	Queda do CDI	599.685	(6.162)	(7.702)	(9.243)
Exposição líquida (despesa financeira)			11.008	13.112	15.215

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.273.221	1.189.611	1.273.232
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(243.471)	(654.121)	(252.802)
(-) Aplicações financeiras	(9.267)	(8.639)	(9.267)
Dívida líquida	1.020.483	526.851	1.011.163
Patrimônio líquido	2.253.086	2.090.197	2.253.086
Índice de alavancagem	0,45	0,25	0,45

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros cujos valores foram registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	30/09/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	9.806

Descrição	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	14.146

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possui financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede:

Modalidade	30/09/2022	31/12/2021
Limite Máximo de Garantia Contratada	465.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	30.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	30.000	46.400
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	30.000	15.000